

el.
A
P



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA N.º3

28 de Abril de 2014

Assunto: Reunião Ordinária

Início da sessão: 21h30 horas

Términus da sessão: 00h00 horas

Presidente da Mesa: Francisco Madelino
Vice-Presidente da Mesa: José Luís Cabrita
Secretário da Mesa: Ramiro Matos



cel.
[Handwritten signature]
10

-----ATA N.º 3-----

--- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto nos termos da alínea a) do artigo 86.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Depois de verificar o quórum o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo quando eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos. -----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: José Francisco Correia Afonso Marouço, Gustavo Gaudêncio da Costa, João Miguel Gonçalves Lopes, José Manuel Coutinho Lopes, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, José Luís Marques dos Santos, Vera Lúcia Bráz dos Santos, António José Fonseca Nobre, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Pedro Nuno Simões Pereira, Nuno Manuel David Ganhão Vieira, José Roque Gameiro dos Santos, Délio Modesto Pereira, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Fernando Manuel Amaro Pratas, Artur Fernando Salgado, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Ana Teresa de Sousa David, Valter Peseiro Jerónimo, Victor Manuel Borges da Costa, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Côrrea, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Ana Elvira Lucas Calado Batista, Jorge Manuel Costa Santos da Silva, Ramiro José Jerónimo Matos, Paulo Tiago Rodrigues Santos, Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto, Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça, José Luís Marques Cabrita e Maria Manuel Cardoso Vieira dos Santos. -----

--- Faltaram à sessão Fernando Rodrigues Louro, António José Ganhão, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre, Jorge Luciano Gonçalves Nogueira e Pedro Miguel dos Santos Queimado (todos apresentaram justificação). -----

el.
R
P

A lista de presenças, as justificações e substituições dos Senhores Deputados constam de documentos anexos à presente ata. -----

Ordem de Trabalhos-----

Período antes da Ordem do Dia. -----

Ordem do Dia:-----

1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal; -----

2. Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício de dois mil e treze; -----

3. Apreciação e votação da proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de dois mil e treze; -----

----4. Apreciação e votação de proposta de primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e catorze; -----

----5. Apreciação e votação de proposta de nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas como Auditor Externo da CIMLT das contas dos anos de dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis. -----

-PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, dando início ao Período Antes da Ordem do Dia mencionando que foram entregues, pelo PS uma Recomendação e uma Moção e, a CDU entregou uma Declaração. -----

Usou da palavra o **Senhor José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)** que começou por cumprimentar todos os presentes. Eu queria fazer uma intervenção no sentido de me referir a uma Portaria recente a 82/2014 que tratou da reforma hospitalar. É mais uma reforma com um único sentido, como muitas outras, centralizar e reduzir os cuidados de saúde diferenciados a Lisboa. Aquilo que durante décadas viemos a construir querem destruir com uma simples Portaria. Eu dou quatro exemplos concretos no que diz respeito ao distrito de que esta Portaria não teve em conta aquilo que é a realidade concreta das situações. Oncologia Médica. Existe um serviço no hospital de Santarém não há nada fundamentado e constituído no Centro Hospitalar do Médio Tejo a reforçar isto. Existe em Santarém um serviço de radioterapia a trabalhar paredes meias com o Hospital e não há nenhuma referência na reforma, há existência de um serviço de Oncologia Médica no Distrito e particularmente no Hospital Distrital de Santarém. Era na verdade uma boa oportunidade para ter ancorado a Oncologia Médica do Distrito servindo quinhentas mil pessoas no Hospital Distrital de Santarém. Dermatologia. Existe um

W.
R.
R.

único serviço no Distrito servindo igualmente quinhentas mil pessoas no Hospital Distrital de Santarém. Não existe nenhum serviço no Centro Hospitalar do Médio Tejo. Teria sido também uma boa oportunidade para constituir um serviço de dermatologia que servisse o distrito na sua totalidade no Hospital Distrital de Santarém. Urologia. Para não dizerem que estou a falar num único sentido e que só quero que as coisas se situem em Santarém. Existe um serviço de Urologia, neste momento, com algum desenvolvimento, com alguma diferenciação técnica e com, inclusive, recursos humanos significativos no Centro Hospitalar do Médio Tejo. O serviço de Urologia existente no Hospital Distrital de Santarém é uma coisa residual. Teria sido uma boa oportunidade para constituir um serviço de urologia que servisse quinhentas mil pessoas porque nessa altura tinha, na verdade, escala para isso no Centro Hospitalar do Médio Tejo. O mesmo se aplicaria, por exemplo, à gastroenterologia. Portanto, eu dei aqui quatro exemplos concretos provavelmente se me dedicasse e se me debruçasse, em termos pormenorizados, ao assunto encontraria mais algumas situações que neste momento poderia definir como devendo existir no local ou devendo existir no outro mas teriam de existir necessariamente no distrito. Nesta altura posso dizer que esta Portaria foi mais uma oportunidade perdida. -----

Usou da palavra o **Senhor Rui Miguel Oliveira da Cruz (CDU)** e começou por apresentar uma questão. Pediu ao Senhor Presidente da Assembleia para que em reuniões futuras tivesse em conta as assembleias que já estão marcadas nos Concelhos, que impossibilitam os eleitos de participar nesta Assembleia. Disse que gostaria de deixar algumas considerações acerca de alguns serviços públicos nomeadamente, a saúde. Nós eleitos da CDU continuamos muito preocupados pelo fato de uma grande parte da população abrangida por esta Comunidade Intermunicipal não ter ainda médico de família. Aqueles que são servidos pelo médico de família segundo as informações que temos estão a acabar o seu contrato não sabendo se essas mesmas populações vão ficar munidas desses serviços médicos. Este é um grave problema sobretudo no nosso distrito porque este problema leva a uma grande sobrecarga dos serviços de urgência dos Centros Hospitalares que provoca o condicionamento dos mesmos e muitas vezes um mau serviço às situações de doença. Queríamos deixar aqui também alguma preocupação devido aos encerramentos de algumas Repartições das Finanças, aos encerramentos dos Postos de Segurança Social e dos CTT, à anunciada perda de valências do Tribunal da Golegã. Todos estes ataques aos Serviços Públicos de proximidade criam à população geral enormes dificuldades sobretudo à população mais idosa que não tem tanta facilidade nos meios de transporte para aceder a esses mesmos serviços. Estas medidas levam a uma grande centralização

CP.
PT
P

desses serviços o que também vai provocar uma desertificação e o abandono dos jovens nas zonas do interior. Queria agora fazer uma pergunta em relação ao novo Quadro Comunitário. A Bancada da CDU queria saber em que ponto está a situação e queríamos propor que no seguimento e na proximidade deste Quadro Comunitário que se realizasse uma Sessão Extraordinária desta mesma Assembleia para que todos os eleitos possam analisar, discutir e participar neste processo de atribuição dos Fundos Comunitários. Obrigado. -----

Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que neste momento não fará grande sentido fazer essa reunião porque nós próprios e penso que o próprio Governo ainda estão numa fase onde estas sessões não terão grandes consequências. Nós, realmente, temos vindo a ter um conjunto de "negociações" nomeadamente com o Alentejo mas os Fundos Comunitários ainda não têm os Regulamentos, nós ainda não sabemos as verbas que estarão disponíveis para as Autarquias, onde é que nos vamos poder candidatar, etc, etc. e portanto eventualmente, se entenderem lá mais para a frente, sim senhor. Acho que neste momento é passarmos aqui uma tarde, uma noite, com certeza muito agradável mas não vamos obter sumo porque nós próprios também não temos muita informação concreta. -----

Usou da palavra o **Senhor Rui Miguel Oliveira da Cruz (CDU)** que diz que pensa que se calhar foi mal entendido. O que eu queria saber era qual era o ponto de situação e quando houvesse mais informações que fosse marcada essa sessão. Não era que a sessão fosse marcada no imediato. Obrigado. -----

----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dizendo que fica aqui a sugestão e quando houver uma melhor definição do QREN que nós marcaremos uma Assembleia Extraordinária ou incluída numa Ordinária. O tema justifica a sua autonomização para fazermos aqui uma discussão. Sobre essa matéria já há alguns princípios mais ou menos conhecidos mas a clarificação quer dos programas quer da distribuição de verbas ainda não é conhecida. Peço ao Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, e ao Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT, que acompanha as várias formações que vão sendo feitas sobre esta matéria, que quando achasse que era uma boa altura com um quadro mais ou menos definido fazer uma apresentação e uma discussão sobre esta matéria. Em muitos fundos, nomeadamente aqueles que eu acompanho, como o caso do Fundo Social Europeu, a filosofia e a



61.
C
H

orientação é que uma parte significativa das verbas passe por gestão e aplicação local. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente solicitou aos referidos partidos que passassem às devidas apresentações. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos (CDU)** começando pela leitura da Declaração "*Primeiro de Maio*", com o seguinte teor: "*Comemora-se o primeiro de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores, uma incessante, dura e heróica luta dos trabalhadores de todo o mundo pelos direitos e pela emancipação do trabalho, por uma sociedade em que o trabalho, finalmente livre da exploração, constitua a realização plena das capacidades criadoras do ser humano. São muitos anos de fulgurantes avanços, de dolorosos recuos, de tenaz resistência dos trabalhadores. Enquanto persistir a exploração, nenhuma conquista dos trabalhadores é definitiva ou está segura. O primeiro de maio e as suas palavras de ordem universais foram historicamente construídos sob a mais violenta repressão, ao preço de incontáveis lutas, sacrifícios, vidas perdidas. Consolidou-se a cada avanço dos povos na conquista das liberdades. Sofreu e sofre recuos de cada vez que as circunstâncias históricas permitem ao grande capital passar à ofensiva. Este dia, o primeiro de maio, tornou-se a mais alta bandeira da afirmação universal dos direitos do trabalho e do internacionalismo de combate contra a exploração capitalista. Se o primeiro de maio se afirmou como a mais poderosa jornada de resistência antifascista, também constituiu, de entre os dias que se seguiram ao vinte e cinco de abril, a mais impressionante jornada de massas de toda a nossa história. No dia primeiro de maio de mil e novecentos e setenta e quatro o povo português nas ruas confirmou o rumo popular e democrático do levantamento iniciado pelos militares de abril, e contribuiu de forma decisiva para a transformação do levantamento militar em processo revolucionário. Em poucos dias, todas os direitos e liberdades fundamentais foram repostos e começaram a ser exercidos. O salário mínimo nacional, que não existia, foi instituído ainda nesse mês de maio, abrangendo mais de 50% dos trabalhadores, em muitos casos com aumentos dos seus salários para o dobro do que ganhavam até aí. E nos contratos coletivos conquistados nos tempos que se seguiram, novas reduções da jornada de trabalho e numerosos novos direitos vieram a ser consagrados. Hoje, no nosso país e no plano mundial, fizemos recuos, persistem e em alguns casos agudizam-se razões para a luta. E, em aspetos essenciais, continuam a ter como um dos eixos principais o horário de trabalho. O patronato, que nunca se conformou com a jornada de oito horas e a semana de cinco dias, recorre a todos os meios, legais e ilegais, para intensificar a exploração dos trabalhadores e alargar o horário de trabalho. A situação que o país enfrenta hoje e com que estão*



Handwritten signature and initials in red ink.

confrontados milhões de portugueses, refletindo os efeitos da crise do capitalismo e o aprofundamento da integração europeia, tem na política de direita um fator de agravamento. A liquidação da capacidade produtiva, a profunda regressão social e as gritantes desigualdades que percorrem o país têm rosto e responsáveis. PS, PSD e CDS convergem e sustentam uma política que não só não dá resposta aos problemas do país como acentua o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões, ao mesmo tempo que promove a acumulação de milhões de euros por parte dos grandes grupos económicos e financeiros. É natural que no primeiro de maio os trabalhadores celebrem com alegria e em festa a expressão viva da sua força coletiva e da sua solidariedade de massas. E é igualmente natural que reivindicações que não se situem estritamente no plano da luta dos trabalhadores procurem alcançar projeção junto das massas populares. Mas o primeiro de maio é ação dos trabalhadores voltados para o futuro, é a jornada internacional da solidariedade dos trabalhadores na luta pela sua emancipação. É sobre a centralidade dessa emancipação, e não diluindo-a, que todas as outras mudanças sociais terão condições para ser alcançadas.” -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, questionando se existia alguma reação relativamente à Declaração apresentada pela CDU. Não havendo nenhuma reação passou para a Moção apresentada pelo PS. O Senhor Presidente solicitou ao Partido Socialista tomasse a palavra. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça (PS)** começando por cumprimentar todos os presentes e de seguida efetuou a apresentação da Recomendação, com o seguinte teor: *“O transporte ferroviário assume, cada vez mais, uma importância extrema no desenvolvimento das regiões. Diminuir distâncias, aumentar a proximidade, possibilitar deslocações rápidas, simples e energeticamente eficientes, são algumas das principais vantagens deste meio de transporte. Como sabemos, os cidadãos da região geográfica abrangida pelos municípios desta comunidade intermunicipal são, há largos anos, utilizadores assíduos deste meio de transporte. Seja para deslocações de índole pessoal, profissional ou académico, a verdade é que, diariamente, são milhares aqueles que utilizam o comboio como meio preferencial para as suas deslocações. Desta forma, e aproveitando as sinergias criadas dentro do Conselho Intermunicipal desta Comunidade, é fundamental que este órgão sirva como alavanca política para melhorar a oferta de serviços ferroviários existentes na nossa região geográfica, nomeadamente, com o alargamento do serviço suburbano da CP - Comboios de Portugal até à estação de Santarém. Assim, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida em sessão ordinária no dia vinte e oito de abril de dois mil e catorze, delibera recomendar ao Conselho Intermunicipal desta*

el.
PT
P

Comunidade que funcione como agregador de vontades dos diversos municípios, onde a influência estrutural do transporte ferroviário é uma realidade, e que, junto da CP - Comboios de Portugal e do Governo, olvide esforços no sentido de alargar a oferta do serviço suburbano até à estação de Santarém.”-----

-----O Senhor **Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça (PS)** explica ainda que os serviços suburbanos que a Comboios de Portugal (CP) oferece e que neste momento abrange um Município da Comunidade a Azambuja trás duas grandes vantagens para os utilizadores do transporte ferroviário diariamente. Uma das vantagens é a diminuição de preço por quilómetro e uma maior oferta de horários. Neste momento, pensando que é do conhecimento geral, o transporte ferroviário, a partir de Lisboa e as ligações que são feitas até muitos dos Municípios da nossa área geográfica tem uma influência enorme as pessoas utilizam bastante este serviço, seja para as suas deslocações profissionais, académicas, pessoais ou outra, e há necessidade de cada vez mais se ir aumentando esse serviço e a abrangência deste mesmo serviço. O que a bancada do PS pede nesta Recomendação é que o Conselho Intermunicipal desta Assembleia junto do Governo e da CP consiga ser uma força ou uma alavanca política para que este serviço suburbano seja alargado até, pelo menos, à estação de Santarém. Pode-se e deixa-se em jeito de sugestão que, caso esta recomendação seja aprovada a primeira iniciativa seja que este Conselho Intermunicipal peça formalmente uma reunião à CP que mostre os argumentos e que tente, de uma vez por todas, que esta oferta de serviço se adapte à realidade porque pelo menos até à estação de Santarém são centenas e centenas de pessoas que diariamente utilizam este serviço.-----Usou da palavra o Senhor

Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente à Recomendação apresentada pelo PS. Após terem sido feitas as inscrições para o uso da palavra junto da Mesa da Assembleia Intermunicipal, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados:

-----Passou a palavra o Senhor **José Luís Cabrita (CDU)** referindo que o Grupo Parlamentar da CDU está de acordo com o que se propõe nesta Recomendação no entanto gostariam de sugerir algumas pequenas alterações, nomeadamente, o seguinte: Pelo conhecimento que temos da CP, provavelmente, poderão até alargar o serviço suburbano até Santarém mas também, provavelmente, vão reduzir a quantidade de comboios regionais como já foi feito com os Alfas e os Intercidades. Portanto sugere que fosse acrescentado na Recomendação “o alargamento dos suburbanos sem a redução dos comboios regionais” e tendo em conta que os suburbanos têm horários mais alargados sugerir que fosse feito um esforço junto da Rodoviária para que fossem também asseguradas as



el.
JP
R

ligações entre a estação e Santarém e outras localidades. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça (PS)** afirmando que não tem qualquer entrave na introdução da primeira sugestão porque considera que vem reforçar o espírito desta Recomendação visto que o serviço Suburbano é um serviço paralelo praticado face ao Regional e assim não se iria comprometer a oferta de um alargando a oferta do outro. Em relação à segunda sugestão que no seu âmbito tem apenas e só o serviço ferroviário alargado não considero adequado introduzir o serviço da Rodoviária do Tejo, serviços complementares, nesta Recomendação. Numa outra Recomendação não choca mas nesta estar-se a juntar dois tipos de serviços com entidades completamente distintas pode-se tornar esta Recomendação “uma feira com diversos legumes ou diversas frutas” acabando por se perder o foco essencial. Portanto, a bancada o Partido Socialista tem a dizer que o primeiro ponto é aceite e que pode melhorar o texto desta Recomendação. Quanto à segunda sugestão acha-se que pode ser feito mas numa Recomendação diferente não nesta. -----

-----Usou da palavra o **Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** referindo que se deve pensar se deve ou não fazer qualquer tipo de alteração em relação à mesma. Mesmo oferecendo mais serviços, na prática, vamos estar a dispersar. Diz isto, um pouco em nome daquilo que verdadeiramente se quer atingir como objetivo. Se o objetivo que queremos atingir é exatamente o que está na Recomendação. Apesar de tudo, esta pequena alteração pode trazer mais areia para a engrenagem do que propriamente focarmo-nos num único objetivo que era comum a todos. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, começando por cumprimentar todos os presentes. Na sua opinião concorda, no fundo, com a Recomendação, no entanto, do ponto de vista que se deva cingir para já ao ponto de vista ferroviário mas alargar a mesma no sentido em que exorte a CIM desenvolver os necessários esforços para promover, incentivar e desenvolver o transporte ferroviário na sua área porque todos sabem que é estruturante para o desenvolvimento do País e estando fora das linhas ferroviárias ou à margem das principais linhas ferroviárias é o primeiro elemento que compromete a agregação dos conselhos que compõem a CIM e os remete para a periferia do País. Nesse sentido, o CDS propõe a alteração da Recomendação no sentido de exortar a CIM a desenvolver as medidas para o reforço e desenvolvimento do transporte ferroviário. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça (PS)**, respondendo a ambas as solicitações feitas pela bancada do PSD e do CDS-PP. Em relação à sugestão da Bancada do PSD, na ótica da Bancada do PS, a Bancada da CDU vem apenas salvaguardar, por escrito, aquilo que é o

UJ.
[Handwritten signature]

verdadeiro âmbito desta Recomendação visto que esta pedia que fosse feito o alargamento do transporte ferroviário suburbano até Santarém sem nunca comprometer aquele que é o serviço regional já existente senão não existiria a necessidade de estar a fazer esta Recomendação. Assim, não percebe muito bem a interpelação que foi feita pela parte da Bancada do PSD. Em relação à Bancada do CDS-PP e muito honestamente e não querendo cometer um erro presumo que não seja da competência deste Conselho Intermunicipal ser o grande motor de desenvolvimento do transporte ferroviário e da ferrovia nesta nossa área geográfica daí esta nossa Recomendação para que o Conselho Intermunicipal faça lobby político junto de quem realmente tem competências para isso. ----

-----Usou da palavra o **Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** para dizer que queria retirar apenas um pequeno estrato daquilo que disse que a CDU vem reforçar o verdadeiro âmbito desta Recomendação acho que o verdadeiro âmbito desta proposta era aquilo que já tinha sido enviado, não é. No fundo a questão é nós podermos juntar aqui várias coisas que queremos, que gostamos que achamos que devemos fazer mas se nós verdadeiramente daquilo que queremos é ter uma proposta prática que chega ao Governo e eventualmente tenhamos alguma hipótese de mudar se calhar temos de ser objetivos é isso tão só e apenas. Realmente não temos nada contra aquilo que a CDU está a propor relativamente a haver mais comboios regionais, suburbanos, Alfas, o que quer que seja. -----

-----Usou da palavra o **senhor José Luís Cabrita (CDU)** dizendo que a CDU propõe é que sejam mantidos os existentes. Aquilo que tem acontecido é que quando a CP começa a parar, um retira outro. -----

-----Usou da palavra o **senhor Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (CDS)** dizendo que não tenham dúvidas nenhuma porque a CP lá puser os suburbanos tira outros comboios porque os suburbanos farão esse serviço mais rápido, mais lento, não sei mas não acredito que seja mais rápido é mais frequente a única coisa que aumentou foi a frequência porque deixou de haver os comboios intercidades, passou a haver comboios de meia em meia hora mas quando eles param em todas as estações demoram mais tempo é o que se passa da Azambuja para cima. Eu voto a favor mas não acredito. É preciso quadruplicar as linhas, agora são duas e tem de passar a quatro para poder ter alguma velocidade que eu duvido sinceramente. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, mencionando que relativamente à Recomendação apresentada pela Bancada do PS entendeu que se mantém o texto inicial e penas se acrescentaria "sem diminuir os

cel.
7

serviços existentes". Depois surgiu uma outra proposta da Bancada do CDS-PP que seria a proposta inicial da Bancada do PS e alargar para outras componentes. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que a proposta feita pela Bancada do CDS-PP lhe parece interessante sobretudo a possibilidade de ser feita finalmente a dita variante, não sei se é assim que se chama ou não, há cidade de Santarém até porque apenas a título recordarmos aqui o que se passou na semana passada a linha do norte, passa aqui, a linha mais importante do país, para passageiros e mercadorias, teve interrompida meia dúzia de horas por causa das questões de um acidente que houve deu a confusão que deu e também todos sabemos que há um problema grave com as barreiras de Santarém, se algum dia a coisa resolve correr mal eu não sei o que acontece à economia do País com certeza que o Conselho vai aceitar a sugestão mas não perde nada, entendo eu, em incorporar mais algumas coisas ainda por cima ainda bem que uma parte da Bancada que também não está aqui nestas condições mas noutras suporta o Governo acha que realmente estas questões das infraestruturas de alto valor acrescentado são importantes fazer eu acho isso muito bem, a ferrovia é algo de importante penso que não poderá ser alargada a toda a Lezíria isso implicaria reforçar estruturas nas pontes da ligação do Tejo e isso não chega a justificar mas do outro lado gostei e acho que é algo de muito importante. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Ramiro José Jerónimo Matos (PSD)** que cumprimentou todos os presentes. Queria apenas, após a intervenção do Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, referir o seguinte eu concordo integralmente com a Recomendação proposta conforme foi apresentada pela Bancada do PS porque está a focalizar uma questão muito específica e devemos atentar que estamos aqui a fazer uma Recomendação ao Conselho Diretivo da CIMLT e como tal acha que alargarmos o objeto desta Recomendação específica estamos a fazer perder o sentido no entanto registo, naturalmente, e não precisa de estar na Recomendação o apoio que o Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, o apoio a esta obra tão necessária para a nossa região e para Santarém, com certeza por ter dito nesta reunião não precisará de uma Recomendação desta Assembleia para junto dos Órgãos a que preside e com a influência que esta região tem poder naturalmente de colocar essa questão e defendê-la mas acho que são dois assuntos, a Recomendação inicial tem a ver com um assunto muito específico. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, mencionando que temos neste momento a não ser que haja uma

el.
PS
4

má aceitação do PS e do PSD a proposta A e a proposta B da Recomendação. Concluiu-se que a Recomendação inicial da Bancada do PS com a proposta feita pela Bancada da CDU acrescentando "sem prejuízo dos serviços já existentes" e aceite também pela Bancada do PSD vai a votação, com o seguinte teor: "O transporte ferroviário assume, cada vez mais, uma importância extrema no desenvolvimento das regiões. Diminuir distâncias, aumentar a proximidade, possibilitar deslocações rápidas, simples e energeticamente eficientes, são algumas das principais vantagens deste meio de transporte. Como sabemos, os cidadãos da região geográfica abrangida pelos municípios desta comunidade intermunicipal são, há largos anos, utilizadores assíduos deste meio de transporte. Seja para deslocações de índole pessoal, profissional ou académico, a verdade é que, diariamente, são milhares aqueles que utilizam o comboio como meio preferencial para as suas deslocações. Desta forma, e aproveitando as sinergias criadas dentro do Conselho Intermunicipal desta Comunidade, é fundamental que este órgão sirva como alavanca política para melhorar a oferta de serviços ferroviários existentes na nossa região geográfica, nomeadamente, com o alargamento do serviço suburbano da CP - Comboios de Portugal até à estação de Santarém. Assim, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida em sessão ordinária no dia vinte e oito de abril de dois mil e catorze, delibera recomendar ao Conselho Intermunicipal desta Comunidade que funcione como agregador de vontades dos diversos municípios, onde a influência estrutural do transporte ferroviário é uma realidade, e que, junto da CP - Comboios de Portugal e do Governo, olvide esforços no sentido de alargar a oferta do serviço suburbano até à estação de Santarém, sem prejuízos dos serviços já prestados."-----

-----O Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, pôs a Recomendação à votação, sendo **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

-----Usou da palavra o Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, dando assim por encerrada a discussão sobre a Recomendação e solicitando à Bancada do PS a apresentação da Moção "Privatização das Águas de Portugal".-----

-----Usou da palavra o **Senhor Artur Fernando Salgado (PS)** começou por cumprimentar todos os presentes e passou à leitura da Moção "Privatização das Águas de Portugal", com o seguinte teor: "Considerando que: 1 - A Carta Europeia da Água considera este recurso vital como património comum que deve estar ao serviço dos povos e não apenas dos grandes interesses económicos; 2 - A ONU reconheceu já, em dois mil e dez, após longos debates, e através da decisão favorável de cento e vinte



el.
P
M

e dois países que " o direito a uma água potável e de qualidade é um direito do Homem"; O artigo 9º da CRP -Lei 1/2005, consigna, como Tarefas fundamentais do Estado, " proteger e valorizar o património cultural do povo português, de defender a Natureza e o ambiente e preservar os recursos naturais"; A comunicação social nacional tem trazido ao conhecimento público notícias que dão conta da intenção da maioria governamental (PSD /CDS) em privatizar a empresa Águas de Portugal; 3 - Tal manifestação da vontade governamental ficaram patentes em encontros do actual Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Paulo Lemos, com a tutela dos recursos hídricos com empresários do sector; A Valorsul é parte integrante das Águas de Portugal a qual por arrastamento da privatização da ADP iria entregar a grandes grupos o negócio do tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos dezanove concelhos da Grande Lisboa; 4 - Com a privatização das Águas de Portugal os efeitos desastrosos para os consumidores seriam o aumento dos preços, o desemprego, a falta de sensibilidade social a que esta maioria nos vem impondo, usando o Estado que tanto critica para através dele utilizar o guarda-chuva das privatizações para o enriquecimento de uma minoria. Pelo que os deputados socialistas e outros que se queiram associar a esta Moção com a qual manifestam o seu mais firme repúdio pela/anunciada/ privatização das Águas de Portugal por esta maioria governamental prossequindo a sua escalada neo-liberal e privatizadora das empresas cujos lucros são a sal da cobiça dos grandes grupos económicos. Dé-se conhecimento desta Moção aos órgãos de comunicação regional."-----

-----O Senhor Artur Fernando Salgado (PS) quis ainda enaltecer o papel das Águas de Portugal nas duas décadas que contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses ao nível do abastecimento de água, do saneamento e da própria natureza em si. Bem sabemos que as Águas de Portugal tem um valor incalculável, quase na casa dos duzentos milhões de euros e que este mundo especulativo, sem olhar aos interesses das populações é bem capaz de e este Governo tem-nos mostrado ultimamente que é trocar, cortar e privatizar e sabemos bem que o dinheiro não tem cheiro nem tem alma e portanto com a possível e anunciada privatização das "Águas de Portugal" ninguém nos garante que esta empresa tem estado e que deve continuar ao serviço da maioria dos portugueses pode vir a cair nos braços ou nas garras de multinacionais e que como historicamente está provado, em Inglaterra e noutros países Europeus a gestão e a venda das águas a privados não tem tido outras consequências que não o aumento das tarifas do preço de fornecimento de água mais desemprego, mais deslocalização e por efeito da verticalização das multinacionais outros setores das pequenas e médias empresas em Portugal podiam vir a sofrer muito na medida em que deixariam de poder fornecer materiais, projetistas, gabinetes, etc, etc. Nós PS temos ideologia, somos a favor de um

el.
PS
H

Estado tal como o artigo oitenta e um consigna e a Lei 9 da lei do Ambiente devemos continuar a combater e a defender um Estado que defenda os recursos públicos neste país. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (CDS-PP)** confesso que não compreendo esta posição do PS. Em outros concelhos da CIM sei qual foi a posição do PS mas no meu sei, as águas foram privatizadas e tem dado um buraco danado. No final da Moção diz que é para dar conhecimento aos órgãos de comunicação regional é pura campanha eleitoral é como alguém diz "olha para o que eu digo e não olhes para o que eu faço". O ser socialista ou ser comunista ou do CDS ou do PSD não iliba ninguém de fazer asneiras de fazer bem ou de fazer mal agora chamarem a si a qualidade dos bonzinhos deste mundo a gente tem visto o que é que eles fizeram durante os dezoito ou dezanove anos que estiveram no poder. Eu não queria ter entrado por este tom tão desagradável mas não gosto de ouvir o que ouvi hoje aqui nesta sala. O que o PS fez, no meu caso, foi privatizá-la e não deu bom resultado se calhar aqui zona da Lezíria do Tejo umas podem ter dado bem outras não, portanto acho melhor ter tento na língua. Boa noite. Obrigado. -----

-----Usou da palavra a **Senhora Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (CDU)**, que a posição da CDU é obviamente favorável uma vez que é contra a privatização das "Águas de Portugal" só gostaríamos que o PS considera-se algumas alterações que atento o passado, atento à história que nós não podemos negar é óbvio que há que considerar para que ela pelo menos pela nossa parte e pela coligação possa ser votada favoravelmente. Nós somos, inevitavelmente, contra as privatizações por esta maioria governamental, pelas maiorias governamentais que antecederam e as fizeram ou por quaisquer outras que venham a seguir a esta. Pela parte do PS houver a considerar no ponto quatro uma reformulação do texto para: "*A comunicação social nacional tem trazido ao conhecimento público notícias que dão conta da intenção de privatizar a empresa Águas de Portugal.*" A seguir ao ponto sete que termina com "*... o enriquecimento de uma minoria.*" Propomos: "*Assim, manifestamos o seu mais firme repúdio pela privatização das Águas de Portugal evitando uma escalada neoliberal e privatização das empresas cujos lucros são o sal e a cobiça dos grandes grupos económicos.*" Não estamos minimamente de acordo nem votaremos a favor se esta Moção for só para conhecimento da comunicação social regional, porque isso não faz qualquer efeito. Esta Moção tem efeito se for enviada às entidades que dirigem, governam o nosso país, Presidente da Republica, Primeiro Ministro, Grupos Parlamentares, Comunicação Social, Assembleias Municipais. Votaremos a favor se for de acordo com as alterações propostas igualmente ou num sentido semelhante. -----

-----Usou da palavra o Senhor Fernando Manuel Amaro Pratas (PS) cumprimentando todos os presentes. Esta problemática das águas. Quer recordar que a esquerda à direita não há aqui nenhuma virgem, com o maior respeito por toda a gente mas virgens aqui não há. Todas as cores políticas privatizou água. Privatizou água porquê. Privatizou água porque os Autarcas todos, cada um fez a política que entendeu que devia fazer ao longo dos dois, Quadros Comunitários e chegou ou não chegou com o dinheiro onde devia fazer retundas, piscinas o que entendeu e deixou a água por fazer. Recordo que a maior parte dos nossos concelhos final do segundo quadro comunitário, com certeza há aqui imensa gente que sabe o que eu estou a dizer tinha mais de metade do seu saneamento básico para fazer, não tinha dinheiro para o fazer nem como ir fazê-lo. Precisamente pelas regras do Quadro Comunitário seguinte fez privatizações ou fez outros modelos, portanto, o camarada há bocado dizia que o seu concelho privatizou e o meu também e quem privatizou foi o Partido Comunista. Não estou aqui a dizer nenhuma coisa que seja errada ou estou enganado. A água que corre ali no Tejo naturalmente é um bem público mas a água que sai da nossa torneira não é um bem público é um bem económico nas condições de utilização mas não vamos entrar por aí porque ia dar uma grande discussão. A gestão nas Câmaras Municipais tal e qual como se fazia não era sustentável na maior parte das Câmaras. Em algumas só era sustentável porque o dinheiro público estava a pagar a água que cada um de nós gastava não havia nenhum critério, se calhar as famílias mais abastadas eram aquelas que mais gastavam mas havia aquele problema dos escalões mas não vamos por aí. Esta Moção visa aqui dizer "ok" não privatizar e deve visar ter cuidado com os pressupostos da privatização porque o problema está nos pressupostos cada vez que tomamos uma decisão relativamente à água naturalmente que aumentaram os escalões, aumentou o preço mas no modelo que já estamos hoje a gastá-la ela aumentou duas ou três vezes, em alguns casos face aquilo que era média quando era por distribuição municipal e os pressupostos não eram esses quando demos o passo que demos sobretudo na nossa região. Há que discutir isto porque de fato ela está mais cara na torneira do consumidor e há que discutir isto e outras coisas, ou seja, quando os Municípios fazem um caderno de encargos para estas coisas, se estabelecem alguns pressupostos o que nós temos de ser capaz é de criar depois mecanismos de cumprimento destes pressupostos a água foi sempre dito que qualquer a natureza da água ou noutro modelo era melhor porque se vai buscar mais eficiência aliás havia um pressuposto, no meu concelho, que em nenhuma circunstância custaria mais que 25% daquilo do que custava em média em que o modelo era de distribuição Municipal. Parece-me que temos de discutir com profundidade. Estou de acordo quando se diz que para esta Moção ter efeito deve-se informar a comunicação social e até mais entidades. Parece-me que temos de refletir de forma mais aprofundada

el.
P

el.
FI
r

para tomarmos posições. Obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Paulo Tiago Rodrigues Santos (PSD)** começando por cumprimentar todos os presentes. Nós não temos preconceitos ideológicos e muito menos conceitos ideológicos relativamente a privatizações. No meu concelho, por exemplo, é pública não está privatizada mas podia estar se fosse melhor para os cidadãos/municípios e eu não tenho nenhum problema com isso. Esta Moção centra-se na privatização. Não vai existir a privatização das Águas de Portugal. O que se fala e temos de ler mais que os títulos dos jornais para sabermos do que fala é o de concessionar não é a mesma coisa que privatizar é diferente uma coisa é uma concessão, outra coisa é uma privatização. Está previsto inclusivo na décima primeira revisão do relatório do FMI a concessão através dos programas PORTUGAL 2020. Está lá previsto as concessões. Faz parte dos planos para a viabilidade das águas, saneamento e resíduos. Não fomos nós que inventamos nada nem queremos privatizar à força. O que se fala, fonte concreta do Ministério do Ambiente “não equaciona, não pondera e não admite privatizar” a ideia passa por reestruturar o setor, promover sinergias intermunicipais nomeadamente passar de dezanove sistemas para quatro sistemas municipais sobre a alçada das Águas de Portugal. Feita essa reestruturação, então sim, podemos analisar se é viável ou não na linha daquilo que falou o companheiro do PS (Pratas), analisar se é mais rentável ou não. Não podemos falar à cabeça se é bom ou não, porque não sabemos. Esta Moção é toda ela plena de nada. É uma mão cheia de nada, logicamente teremos de votar contra. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que sabe que não deveria se intrometer nesta discussão porque é mais política que outra coisa, mas atendendo que estamos a falar de um bem que tem sido gerido pelas Autarquias ao longo dos anos, ainda por cima atendendo ao fato de esta Comunidade Intermunicipal ter uma aldeia Gaulesa nesta questão das águas peço aqui uns minutos para falar sobre o assunto. Eu não tenho nenhuma questão ideológica sobre o A o B ou C mas tenho um problema cada vez que se fala em concessões e privatizações uma coisa eu sei quem compra ganha sempre mais, quem paga, paga sempre mais e isto vale para tudo, a prova disso é que existe uma empresa é verdade que é uma empresa que se chama “Águas do Ribatejo” que tem dos melhores indicadores deste país que é a tal aldeia Gaulesa que eu espero que esteja em expansão daqui a algum tempo mas isso é um aparte porque está provado, eu dou até dois exemplos um do PS e outro do PSD por isso estou mesmo à vontade Houve duas Câmaras que não aderiram às “Águas do Ribatejo”, sabido Santarém e Cartaxo os indicadores estão aí quanto é que pagam hoje e quanto é que pagariam se tivessem nas águas do Ribatejo, isto também não tem muito que saber, houve alguém que recebeu

cel.
PT
XP

dinheiro para vender as suas infraestruturas e como é obvio quem pagou, quem quer ter rentabilidade daquilo que pagou há-de haver alguém que paga, há, os Municípios, não quero entrar em histórias de concessões. Sobre a questão das águas a verdade é esta pelos Municípios como têm sido geridas nomeadamente através das Águas do Ribatejo venha quem vier estamos disponíveis aqui para discutir isso é a melhor gestão do país não é inventado. É a melhor gestão do país. As "Águas de Portugal" não gerem as águas como nós as gerimos, gerimos em alta e baixa, gerimos águas e gerimos saneamentos. Agora há uma coisa no dia em que disserem que não se quer pagar aquilo que se paga o assunto é fácil de gerir está-se a fazer investimentos de dezenas de milhões de euros porque a Lei obriga a ter reserva de água para setenta e duas horas ninguém a tinha, a Lei obriga a ter um conjunto de parâmetros nomeadamente no arsénio que não eram cumpridos ninguém os tinha, a Lei obriga a ter as ETARES a funcionar e a ter um nível de cobertura que é hoje no caso das Águas do Ribatejo superior à esmagadora maioria dos países do norte da Europa que seriam impensáveis há investimentos que estão a ser feitos que as pessoas durante trinta anos nomeadamente aquilo que forem pagando, não chega sequer para o investimento quanto mais para a manutenção, depois para a sua renovação, portanto também podemos um dia chegar e dizermos que há aqui zonas que não é para tratar mas isso também podemos voltar ao tempo das lixeiras mas isso é um problema. Antigamente as Câmaras também tinham essa questão, ninguém pagava o lixo, não havia taxa de recolha para a maioria, mas o lixo ia para a lixeira. Não sei se alguém ainda se lembra como é que era, eu lembro-me e sei como é que é agora nos aterros também sei, percebo as diferenças. Portanto, ou voltamos atrás ou andamos em frente. Sobre a questão das águas e sobre a questão da gestão das águas uma coisa eu sei aquilo que tem sido privatizado tem dado muito maus resultados e nós temos o caso das "Águas do Ribatejo", como disse, aqui uma aldeia Gaulesa que espero que venha a expandir o seu território para bem de muita gente e acho que isso é de realçar. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)** só pediu a palavra para dar duas ou três notas convencionadas independentemente de, como é que devo dizer isto, do debate ideológico que podemos ter aqui à volta do que é privatizável, e o que não é, o que é negócio, o que não é negócio que havia um consenso contra a privatização desta empresa em concreto das Águas de Portugal, de todo o negócio que é gerado à volta desta empresa. Estava convencionado que estávamos todos de acordo com a não privatização desta empresa, vejo que não, percebo que não, mas não posso aceitar em nome dos eleitos do PS, nem moralismos nem arrogância natural, que acaba por ser sobre as recomendações que é preciso ler as coisas até ao fim até porque os livros que

el.
PS
R

alguns estão a ler agora, já foram lidos à muito tempo por nós, não aceitamos este tipo de arrogância de quem não é capaz de forma assertiva argumentar em relação aquilo que é a manifestação contra uma intervenção que é pública, que não foi desmentida que é contornada com vários termos da concessão e chame-se mais o que se quiser. Porque nós estamos ainda todos muito bem recordados de uma afirmação de um candidato que dizia que andavam para aí a dizer que o PSD queria acabar com o décimo terceiro mês ou que o PSD quer aumentar os impostos era tudo um disparate naquela altura. A sensação que temos é que se está a preparar a privatização, um bem essencial que visa somente o negócio. O PS apresentou esta Moção com todas as falhas e omissões que queiram apontar a esta Moção e quero submete-la à votação porque de uma vez por todas também queremos saber quem é contra a privatização das "Águas de Portugal" e quem é a favor da privatização. Obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor José Francisco Correia Afonso Marouço (PS)** quer reforçar aquilo que o Camarada Nuno Antão acabou de dizer. A água é um bem essencial, é um bem estratégico. A água é um direito do homem, do ser humano, é um direito que não é de ninguém é de toda a gente, é de lamentar portanto que na altura o Partido Socialista não tivesse visto isso e agora é como digo é com satisfação que vejo apresentar aqui esta Moção e certamente iremos votá-la a favor, se se forem aceites as ressalvas. Não sei como é que iremos votar. Obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, relativamente a este tema temos que encarar o processo deste género de privatização como não tendo nada absolutamente nada de ideológico. No entanto, esta Moção que aqui está tem tudo de ideológico. Vamos lá ser sinceros. Fala aqui que com a privatização há efeitos desastrosos para com os consumidores por causa de aumento de preços. Quando as Águas do Ribatejo foram constituídas mesmo não tendo privado houve aumentos brutais de preços para quem tinha os tarifários anteriores, quando digo aumentos brutais, estamos a falar de valores acima da inflação tinham que ser feitos, ou não provavelmente sim, para se conseguir fazer os investimentos, porque no fundo a maior parte das privatizações, que ocorreram a nível destes sistemas não têm nada de ideológico, como aqui já acabou por ser dito por vários outros colegas de outras bancadas. Fala aqui em "falta de sensibilidade social", bem o PS acha que há falta de sensibilidade social por causa da privatização das águas mas não à tarifas sociais, mas alguém fala aqui em acabar com algum tipo de tarifários sociais. Refere aqui também que, enfim, diaboliza qualquer privado sobre qualquer forma no fundo. Eu lembro-me, não no mandato anterior mas no outro antes, quando era discutido aqui na altura na CULT as Águas do Ribatejo sempre foi previsto a entrada de um parceiro privado e no entanto eu vi aqui o José Sousa Gomes do PS a dizer que não havia problema



nenhum, que era muito bom a formula entretanto pode ter sido modificada seja quais forem as razões, não estou a pôr isso em causa, mas a questão é que uma série de Municípios de várias cores políticas diferentes encararam o projeto como sendo bom em encontrar um parceiro privado. Aliás, vários Municípios de várias cores diferentes também constituíram uma sociedade de gestão de resíduos que a seguir fizeram um aterro sanitário na Raposa, sob uma empresa Intermunicipal juntamente com privados chamada Eco Lezíria, também tem uma série de Municípios aqui da Lezíria do Tejo muitos deles também integram as Águas do Ribatejo Afinal de contas temos muito orgulho numa coisa, mas na outra não interessa falar que tivemos lá privados. Afinal de contas isto não tem nada a ver com ideologia tem a ver com servir as pessoas que nos elegem. As pessoas que nos elegem têm de ter serviços em qualidade, nós temos que fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para lhes fornecer esses serviços de qualidade, para lhes darmos esses serviços de qualidade muitas vezes vamos ter de fazer investimento se não tivermos dinheiro vamos ter de fazer contrato. E foi isso que aconteceu numa série de Municípios pode censurar alguma cor política por causa de fazer contratos para servir bem os seus Municípios, eu nunca os vou censurar por causa disso. Se isso aumenta a qualidade de vida dos Municípios então ainda bem. Se é possível sem privados tudo bem também. Qual é o problema. Agora ó meus amigos vir cá o PS falar das privatizações mas ó meus amigos eu lembro-me perfeitamente que as maiores privatizações deste país ocorreram no setor da eletricidade e das comunicações fixas no tempo de António Guterres. Mas afinal de contas onde é que está a ideologia do PS nessa altura. A eletricidade não aumentou a partir daí. O que é que aconteceu. Naquela altura também se deveria ter dito aqui D'El Rei a eletricidade não é um bem público na mesma lógica das águas. Como é que naquela altura se faz uma privatização, toda a gente acha isso normal e agora, de repente, somos contra por ideologia ainda por cima quando essa mesma ideologia está expressa no primeiro acordo da TROIKA assinado pelo Ministro do PS, Fernando Teixeira dos Santos, a dizer que tem de haver uma série de privatizações incluindo o setor dos transportes, por exemplo. Se o próprio PS Governo também é a favor de uma série de privatizações não me digam que isto agora de repente passou a ser um assunto aqui d'el Rei. Isto não tem nada a ver com ideologia tem a ver com darmos o que temos, dar aos nossos Municípios, isso eu não tenho dúvida que seja PS, PSD, CDS, CDU, Bloco de Esquerda, quem quer que seja o que nós queremos é dar o melhor par os nossos Municípios, se para isso tivermos de fazer acordos com privados que os façamos. Muito Obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que quer apenas dar um esclarecimento ao

el.
H

Senhor Deputado João Lopes (PSD), para ver se nos entendemos aqui todos, sobre a questão das Águas do Ribatejo. Quando se começou a falar neste processo aquilo que se passou foi que estava em causa a impossibilidade de aceder a fundos pelas Câmaras individualmente e portanto havia duas soluções. Ou aderíamos às Águas de Portugal que aliás fez grande pressão para que isso acontecesse ou então criávamos um sistema alternativo. O sistema alternativo nessa altura era a Ministra das Finanças, a Doutora Manuela Ferreira Leite, obrigava a que tivéssemos a ter privados porque a entrada de dinheiro não poderia ser feita de outra forma, não havia recurso a empréstimos porque esses empréstimos contavam para a capacidade de endividamento das Câmaras na altura tinha a ver com a questão dos Fundos Comunitários, portanto a solução menos má era essa. Sendo que as Câmaras nessa altura tinham 51%. Entretanto, o processo das Águas do Ribatejo deu uma volta, a Doutora Manuela Ferreira Leite deixou de ser Ministra das Finanças e aquela imposição que impedia o acesso a Fundos Comunitários acabou. Aquilo que se passou foi que as Águas do Ribatejo hoje são totalmente públicas e ainda bem, tem os rácios que já aqui falamos e tem ido à banca buscar o dinheiro, conseguem preços que de outra forma não conseguiam. Tão simples quanto isto. Se os privados tivessem lá colocado os 49% tinham de ir buscar dinheiro à Banca e além do dinheiro da Banca naturalmente tinham de ter as suas remunerações, que não são tão poucas quanto isso. Já agora, sobre a questão dos lixos, já aqui foi falado, eu também não tenho dúvidas nenhuma de uma coisa. O melhor sistema que neste momento existe aqui chama-se Resitejo não tem privado nenhum, a Eco Lezíria está a fazer tudo para que os privados saiam. Objetivamente isso está na comunicação social. Objetivamente a mais valia é zero. Custa dinheiro, tem rentabilidades garantidas chamam-se rendas chamem-lhe lá o que quiserem eu enquanto Autarca não estou disponível para andar a pagar isso. Sobre aquilo que o PS fez também fez muita coisa ruinzinha. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Ramiro José Jerónimo Matos (PSD)** em primeiro lugar, era uma questão de princípio. Acho que esta Assembleia Intermunicipal pode discutir todos os assuntos, não é mas, não sei quanto tempo estivemos neste ponto mas seguramente bastante tempo e estamos a discutir uma Moção com alguma carga ideológica, que fala sobre rumores. Tanto vamos aqui deliberar sobre uma Moção que fala sobre rumores. Eu acho que teremos questões mais importantes mais localizadas na região e se calhar mais certas do que meros rumores, estarmos aqui a discutir as ideologias das privatizações. Dizendo e concordo, naturalmente, com aquilo que disse o João Lopes e acho que, se me permitem fazer isto, acho que a intervenção do João Lopes e a do Senhor Presidente da CIMLT convergem as duas relativamente ao objetivo é que em cada momento, o que é mais importante é efetivamente o melhor para os Municípios, aqui há uns anos, eu lembro-me bem disso, aqui já foi

el.
p

debatido a questão das Águas do Ribatejo foi entendido por um conjunto alargado de Câmaras que o melhor naquele momento era alienar 49% do capital social das Águas do Ribatejo. Foi naquele momento era o melhor porque não havia os Fundos Comunitários, ditavam isso, o melhor para a região naquele momento, entenderam os Senhores Presidentes de Câmara que era alienar 49%. Acho que é o que o João acabou por dizer. Em cada momento, uma privatização ou uma concessão pode ser boa ou pode ser má em função daquilo que seja os Fundos Comunitários a um conjunto de circunstâncias que naquela altura se verifiquem. Vamos agora dizer que estamos contra ou a favor sobre privatização, acho até que o Governo já disse abertamente que não vai privatizar nada relativamente às Águas de Portugal. Portanto vamos aqui deliberar na Assembleia Intermunicipal da CIMLT uma Moção contra a privatização que é uma questão, que nem se está a colocar. Desculpem lá, podemos ter outros assuntos bem mais importantes do que estar aqui a falar sobre ideologias das privatizações sendo certo que mesmo no seio desta comunidade já foi entendido por bem alienar capital social a privados, assim como foi na Azambuja, assim como foi no Cartaxo. E outros casos de sucesso que por os processos não terem corrido bem friso e dizendo sem problema nenhum que em Santarém passou-se exatamente a mesma coisa que se passou nas Águas do Ribatejo os processos de alienação aos privados não correram bem e elas ficaram 100% públicas. Obrigado. -----

-----O Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, dizendo que o assunto deve ser discutido enquanto ideia e não enquanto ofensa. Acho que é uma matéria, no bom sentido do termo, ideológica, doutrinária e da defesa do interesse público. A posse da água e a posse da terra é das coisas mais ligadas à história humana. Aliás na base de muitas guerras. Não é por acaso que não se consegue juntar dois dedos com privatizações da água na Europa. A posse e a briga pela terra e pela terra arável. É por isso que se justifica que a Europa nos últimos dois mil anos não teve mais que trinta e seis anos de paz, não vieram brigar para Mértola ou Alportel, brigaram no centro da Europa. Não é por acaso que o norte é mais rico que o sul. São tudo matérias distintas mas como é matéria pura eu gostaria de deixar aqui a minha intervenção para a ata até porque o Pratas fez ali um passe de mágica que tem a ver com alguma história fundamentalista ou calvinista ou também da pior tradição católica mas o fato de deixar de ser virgem não quer dizer que tenha de ser prostituta. Durante muito tempo na história e na moralidade significou a mesma coisa. Não quer dizer que todos nós não tenhamos que manter a virgindade, mas a virgindade e perder a virgindade em quase todas as sociedades é matéria de emancipação humana. Já a prostituição é uma coisa um bocado distinta. Precisamente porque esta matéria se propícia à prostituição porque há

el.
[Handwritten signature]

matéria que são distintas. Uma matéria é privatizar a água quando sai, como a terra (em Inglaterra a terra não é privada é dada por uma concessão por cada cem anos, não sei se sabem) a água como na generalidade dos países incluindo no direito português a água do subsolo é pública e portanto mesmo nos Estados Unidos têm um contador à saída do subsolo nunca se privatizou a água, não é. A água digamos antes de sair uma coisa, é a produção da água que não é um bem económico outra coisa é a distribuição da água que é um bem económico portanto são matérias distintas. A segunda coisa é uma produção económica sujeita à lei do mercado ou sujeita às rendas muitas vezes combatemos as rendas em múltiplos aspetos mas o Pedro o que falou aqui é que todos os contratos de resíduos sólidos têm lá uma coisa escrita pelas Câmaras que têm de pôr os lixos lá excetuando o caso do baixo Alentejo onde o Partido Comunista conseguiu resistir e não colocar isso. Pelo menos a proposta ficou lá condicionada e disse no dia em que não fosse publico a Câmara punha o lixo onde queria a isto chama-se poder de monopólio. Nesse sentido ideologicamente eu talvez encontre nos liberais mais apoio para a não privatização. Mesmo a questão da EDP uma coisa é a distribuição da energia elétrica ou dos telefones outra coisa é a rede eu ainda sou do tempo não, foi há muito que se falava que se queria privatizar, portanto se debateu contra uma medida excepcional de privatização das infraestruturas das telecomunicações, depois foi vendido por um governante a seguir por menos duzentos e cinquenta milhões de euros. Portanto, isso é uma matéria, uma matéria é a privatização da concessão, a outra coisa é a privatização da distribuição. A outra matéria é eu defender o direito do consumidor, outra coisa fazer por razões orçamentais não é por acaso que a Lei nacional proíbe as privatizações de terem receitas afetas à gestão corrente o que não é o caso das privatizações que têm sido feitas nas Autarquias, aqui é que já entra alguma prostituição de todos os partidos nomeadamente quando a necessidade é maior o que justifica a prostituição é a necessidade, muitas vezes. Não é porque as pessoas sejam moralmente mais baixas, não é, portanto há várias matérias, desta matéria, que eu acho que devem levar um acompanhamento, não são apenas rumores, portanto por todas essas razões para quem assistiu, por exemplo, aquando a medida das águas senão seria uma medida Maria da Fonte, fez uma medida mais do género com menos duas polegadas ou três polegadas então não vou privatizar. A outra coisa é dizer quem lá vai buscar a água, vai buscar a água ao subsolo sem pagar nada, não é. Ou dizer mesmo, no caso das Águas do Ribatejo eu estou a falar, não posso aceitar que por exemplo foi feita uma legislação Nacional para a regulação que diz que a EDP nunca pode cortar a energia em cortes programados a não ser ao fim de semana, que mesmo entre Autarcas me venham dois diretores de uma Escola Secundária a dizer que recebemos uma informação que não vai haver água durante uma manhã de uma quinta-feira em que as escolas

secundárias e os Centros de Dia estão abertos. Portanto, toda esta matéria porque é que aceitaram basicamente porque não se verificou a Lei Nacional. Basta a Lei Nacional dizer que as receitas das privatizações abatem à dívida, não são receitas correntes para investimentos ou outros para que todo o discurso mude. Portanto, a matéria, é uma matéria muito sensível na base da história humana e por todas estas razões eu gostaria de fazer aqui, esta matéria deve ser acompanhada de todos estes cuidados que um Concelho como este deve acompanhar e todos os Autarcas, porque toda a necessidade do ponto de vista local muitas vezes pode provocar algumas substituições algumas das vezes complicadas. Nomeadamente, num concelho agrícola, que devem saber melhor que eu, tem o maior lençol freático da Europa, entre Setúbal e o Vale do Tejo, e que não está em muito boas condições. A água precisa de características próprias para ser produzida e é um dos materiais mais escassos aliás quem segue geoestratégia sabe que para além da energia, a água e as terras aráveis são das matérias mais suscetíveis de guerras. Isto tudo para dizer que o interesse coletivo e a não prisão dos cidadãos a interesses de alguém que gere eu vou dizer uma coisa que me deixa atroz não é só o Real Madrid que vende os direitos de televisão por dez anos ou vinte, é ver, por exemplo, uma Câmara Municipal vende a distribuição, a ocupação e a renda da distribuição da energia elétrica que passa porque no Tribunal de Contas parece que não deu visto prévio a tempo e horas, porque dá uns cobres para gastar na despesa corrente não tem qualquer outra lógica. Portanto não sei se órgãos como este e Presidentes de Câmaras puderam às vezes não estar de acordo, do mesmo lado partidos poderem não estar do mesmo lado do que estarão outras pessoas eu acho que esta matéria é das matérias que mais deve ser seguida neste momento porque eu como tenho dúvidas para não dizer que sou contra que a Park Publica tenha feito se o cidadão paga IMI's e não serve no caso de uma Autarquia local para pagar a água e os esgotos o que é que serve para pagar a despesa. De impostos não são tão baratos. Se o Estado nos impostos que paga já não tem um investimento em escolas dentro do Orçamento de Estado, o que é que terá ou todos nós não sabemos que tudo isto passa por desorçamentar tem a ver com o custo do cidadão e destas matérias. Eu tinha que fazer esta intervenção, é uma matéria que deve ser seguida, o Ramiro que desculpe, deve ser seguida com elementos ideológicos e com uma grande defesa do interesse público. Esta matéria é deveras importante e acho que o Estado tem de fornecer o serviço, esta é a minha posição ideológica desde que o privado o forneça é mais barato ou não mas dentro de regras, quer de regulação quer outras que sejam bem conseguidas, que sejam bem efetuadas, é evidente também com a opinião pública extremamente bem esclarecida sobre esse assunto. Eu temo largamente que na questão da água e na questão dos resíduos não são rumores são questões muito concretas e transcritas no expresso deste

cel.
R

W.
P.
P.

fim de semana, portanto a matéria é muito concreta e acho que é uma matéria que devemos estar mesmo atentos até para que não nos ataquem por trás das costas dentro dos nossos próprios partidos com os nossos próprios interesses. -

-----O Senhor Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS) fez uma interpelação à mesa requerendo a votação da Moção, sem qualquer alteração. -----

-----Usou da palavra o Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT, que diz que só quer falar porque deu muito para a criação das Águas do Ribatejo e custa-me ouvir algumas questões como as águas foram privatizadas nestes concelhos, o que não é verdade. Pegando aqui em duas intervenções. Uma delas diz "servir as pessoas que nos elegem com serviços de qualidade o melhor que for para as pessoas" e outra que diz "em cada altura se deve ver o que é melhor para os Municípios". Na altura em que nós criamos as Águas do Ribatejo aquilo que era melhor para os Municípios era ter 51% dos Municípios e 49% dos privados porque não nos deixavam pedir empréstimos elevavam para a capacidade de endividamento dos Municípios. A partir do momento em que sai a nova Lei, diz que até podemos pedir empréstimos se a gestão for bem feita, se não tiverem prejuízos podem criar uma empresa só de vocês. Foi isso que nós fizemos. As Águas do Ribatejo já duram há cinco, seis, sete anos, nunca deram prejuízos tem em conta os investimentos que pretendem realizar, tem em conta a amortização dos equipamentos, tem em conta os custos de exploração e efetivamente tem a tarifa mais baixa que se verifica na região. E como eu costumo dizer trata-se da única região onde a tarifa é igual em seis ou sete Municípios. A Associação de Municípios quer fazê-lo, o Governo quer fazê-lo e não consegue. Depois não é dizer que os serviços foram privatizados e no meu concelho aumentaram quatro ou cinco vezes mais os custos. Então, se a opção tivesse sido aderir às Águas de Portugal quanto é que teria aumentado os custos. Teria aumentado oito, dez, doze vezes. Cada Município paga sessenta cêntimos por metro cúbico de água à entrada na ETAR, entra lá água de esgoto e entra lá água fluvial era isso que estávamos a pagar ao Grupo Águas de Portugal mas não é isso que estamos a pagar nas Águas do Ribatejo que tem uma tarifa composta de águas e saneamento. Eu, se calhar não devia dizer isto nem emitir opinião mas como em cada altura se deve saber o que é melhor para os Municípios e tendo em conta que se deve prestar um serviço de qualidade aos Municípios eu costumo dizer, disse-o à sete anos atrás a um Ministro que quem faz as empresas são as pessoas e portanto se houver uma boa gestão com pessoas profissionais tanto faz a empresa ser privada como pública. Neste caso, sendo uma empresa pública, com bons gestores pode-se decidir politicamente o melhor serviço a prestar à população, ou seja uma empresa publica que tenha bons gestores pode praticar o melhor serviço à população em contraponto, esta é a



el.
PT
R

minha opinião, que é quando nós lançamos uma concessão ou quando lançamos um concurso a um privado sabemos perfeitamente que à uma TIR (que é taxa interna de rentabilidade) que tem treze por cento. Se a gestão for pública com gestores públicos essa TIR pode não existir ou pode ser metade ou um terço ou dois terços portanto quem faz as empresas são as pessoas. Nesta altura, na minha opinião aquilo que melhor serve as populações é aquela que pratica um serviço com qualidade ao mais baixo preço com bons gestores. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (CDS-PP)** apenas para clarificar a minha intervenção. Primeira questão, para que não fiquem dúvidas. Obviamente que eu sou contra a privatização das Águas de Portugal. A maneira como coloquei o assunto serviu para fazermos uma reflexão mais profunda sobre o assunto. Logo valeu a pena. Quero explicar que não fiz nenhuma confusão quando disse que foi privatizada a água no meu concelho portanto sei muito bem do que é que estou a falar. A título de exemplo, tenho uma casa em Lisboa e pago dez vezes menos água à EPAL do que pago na minha casa, na Chamusca. Dez vezes menos. Isto terá com certeza alguma explicação. Não quero saber disso porque não estou aqui a pôr em causa a gestão das Águas do Ribatejo. Outra coisa que quero clarificar. Há uma quantidade gigantesca, como aqui foi dito, de investimentos que estão a ser feitos pelas Águas do Ribatejo obviamente não foram feitos antes, obviamente a gestão tem de ter em conta esse equilíbrio. Não fique aqui nenhuma ideia que eu estou contra isso. Não estou contra isso. O que eu estou contra e disse aqui é que os pressupostos nestas coisas sempre se alteram poderá haver alterações aquilo que era a discussão inicial no momento em que se fez, não é a aquela que estamos aqui a ter hoje. Com certeza que eu aceito isso. O que quero dizer e em prol daquilo que é a gestão pública da água. Quero dizer, sempre, sempre que os Municípios abrem as Câmaras Municipais, neste caso ou quem quer que seja abrem mão de uma gestão direta, eu disse isto para a discussão tem vantagens e tem desvantagens, mas até hoje e como aqui já alguém disse as pessoas pagam mais, etc, eu subscrevo aquilo que o Pedro aqui disse mas também verifico que normalmente, sempre hoje o custo final deste bem às pessoas é mais elevado percebo, porque é que tem de ser mais elevado. Eu não quis ofender ninguém e estou de acordo com a virgem e com a prostituição. Quero dizer que chegamos à situação que chegamos, porque toda a gente fez deste bem de distribuição enquanto esta foi distribuída diretamente pelas Câmaras, fez disso também um mecanismo político eleitoral. É neste sentido que disse que não há virgens. Todas. Muito obrigado. ----

-----O **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, submeteu à votação a Moção "Contra a privatização das Águas de Portugal", sem as



alterações propostas pela Bancada da CDU. -----

-----A Moção foi APROVADA POR MAIORIA, com a seguinte votação: -----

-----VOTOS A FAVOR: 23; -----

-----VOTOS CONTRA: 8; -----

-----ABSTENÇÕES: 3. -----

-----Fez uma Declaração de Voto o **senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** que diz que a Bancada do PSD votou contra porque aquilo que se trata aqui não é a privatizações mas é de concessões. Nós não somos a favor de concessões danosas como é o caso das PPP das Auto Estadas de outro Governo mas não estamos nem a favor nem contra as privatizações. Somos a favor dos Municípes. Agora ideologicamente não estamos nem contra privatizações nem contra gestão pública. Estamos a favor daquilo que é bom para os Municípes e não somos pessoas que ataquemos diretamente um modelo ou outro modelo. O que interessa é que as coisas funcionem e que as pessoas sejam bem servidas. ---

-----Fez uma Declaração de Voto a **senhora Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (CDU)**, dizendo que a Moção apresentada devia ser comunicada a outras entidades e não só à comunicação social de âmbito regional. Mas a CDU encarregar-se-á de fazer isso através de outros mecanismos com certeza não estará de acordo o PS, em que isto vá mais longe do que o âmbito regional. Quanto ao ponto sete também nos parece que estamos todos de acordo e que no fundo isto é só uma questão de português que é de fato a questão de nós acharmos que privatização das Águas de Portugal nem por esta maioria nem por outra. -----A água é de fato um bem público e quanto à prostituição, Senhor Presidente, permita-se, a prostituição também é masculina. Não se esqueça disso. -----

-----Fez uma Declaração de Voto o **senhor Ramiro José Jerónimo Matos (PSD)** que diz que a minha abstenção resulta do fato de entender que estando de acordo com o conteúdo geral da proposta de Moção, entendo que a questão da privatização neste caso das águas não é uma questão que tenha a ver apenas com este governo mas também com outro que venha no futuro. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, dando início ao Período da Ordem do Dia. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que o documento "Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal," tinha sido distribuído, caso houvesse duvidas ou alguma questão a colocar podiam fazer o favor. -----



el.
P
P

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto um. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal. Após terem sido feitas as inscrições para o uso da palavra junto da Mesa da Assembleia Intermunicipal, usou da palavra o **Senhor Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** referindo que há duas rubricas das quais nós temos algumas dúvidas. Uma é relativamente à realização da cobrança de receitas por parte da Administração Local. Aparentemente está bastante abaixo daquilo que seria o espetável nesta altura do ano queríamos saber o que é que se passa e o porquê. De igual forma não houve qualquer despesa de investimento feita até à data, também aqui gostávamos de saber o que é que se está a passar. Porque é que não houve nenhuma ou então em que altura é que está previsto que seja feito. Obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, relativamente à primeira questão houve melhorias na cobrança das receitas da Administração Local nomeadamente porque houve um Município que assinou ou teve um PAEL aprovado designadamente Santarém e já fez a primeira tranche aguardamos que com o PAEL para Santarém venha a segunda e a terceira tranche. Depois há um outro Município (Cartaxo) que também está relativamente atrasado e esse ainda não tem o PAEL aprovado e portanto tem havido alguma solidariedade intermunicipal por parte dos Senhores Presidentes de quem está nestas situações, portanto são os dois casos. Se compararmos a prestação de contas deste ano para a do ano passado houve uma melhoria na cobrança daquilo que estava atrasado nomeadamente por Municípios que fizeram saneamento financeiro ou PAEL. Relativamente às questões de investimento isso tem muito a ver com as candidaturas que nós submetemos e que não tiveram ainda decisão de aprovação, nomeadamente, o Ribatejo Digital III, o PPEC que é um investimento que se vai fazer em Santarém para os modificação dos semáforos, para semaforização energética só apareceu a candidatura aprovada no ultimo trimestre do ano agora já lançamos o concurso, também relativamente aos investimentos de uma candidatura para a aquisição de equipamento para bombeiros em que lançamos o concurso e para os quatro lotes que estavam previstos só no primeiro concurso responderam a um dos lotes e já procedemos um ajuste direto para os restantes três lotes e estão em análise. A questão do investimento tem um bocado a ver com isso. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, dando assim por encerrada a discussão relativamente ao ponto um. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que o documento do ponto dois, Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício de dois mil treze, tinha sido distribuído, caso houvesse dúvidas ou alguma questão a colocar podiam fazer o favor. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto dois. Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício de dois mil treze. Após terem sido feitas as inscrições para o uso da palavra junto da Mesa da Assembleia Intermunicipal, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados: -

-----Usou da palavra o **Senhor Rui Miguel Oliveira da Cruz (CDU)**, a Bancada da CDU, no essencial, estão de acordo com os documentos apresentados. Só queriam apresentar uma questão relativa às dívidas à Comunidade das Câmaras de Santarém e do Cartaxo, gostariam de saber de que forma é que a Comunidade está a pensar resolver estas situações.-----

-----Usou da palavra o **Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** que diz que uma das questões que tem para colocar, provavelmente a resposta até deve ser parecida ou até encadear com aquilo que já foi aqui mencionado pelo colega antes de mim. Porque realmente as transferências da Administração Local foram de novecentos mil euros, o orçado era seiscentos e dezanove mil euros era para perceber também porque é que isso aconteceu e relativamente à Central de Compras que acaba por ser aqui mencionado os ganhos da Central de Compras uma coisa bastante boa do Municipalismo, quais são os próximos passos que estão previstos ou concursos que tenham aberto neste período, que estejam prestes a ser fechados agora. Obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que em relação à questão que tem a ver com os casos em que há alguns atrasos nestes pagamentos nós no Conselho estamos cientes das dificuldades porque algumas Câmaras passam e também estamos cientes do esforço que os Presidentes de Câmara estão a fazer para colocar em dia estas e outras obrigações. Portanto, como já foi aqui dito, num espírito de solidariedade que sempre existiu nesta Comunidade Intermunicipal, sabendo nós que as pessoas em causa, as instituições são pessoas de bem e portanto aguardamos que os problemas, alguns mais burocráticos possam ser resolvidos, com certeza que tudo ficará resolvido e tratado. Enfim, hoje estão uns e noutro dia podem ser outros e os problemas vão sendo resolvidos desta forma sem dramas e sem grandes questões, a Comunidade tem vindo a funcionar dessa forma. Em relação à

cel.
[Handwritten signature]

Central de Compras pedia ao Dr. António Torres para ser ele a intervir. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, efetivamente a Central de Compras tem sido uma mais-valia para os Municípios associados na medida que com os concursos lançados até agora, face ao prazo dos mesmos alguns deles têm dois ou a três anos, poupanças na ordem dos nove milhões de euros. Posso dizer-vos que a rede em baixa elétrica é daqueles que uma maior economia de escala. Estamos a preparar o novo concurso dos telemóveis, como sabem nós na Lezíria do Tejo os onze Municípios associados temos uma VPN com quatrocentos ou quinhentos telemóveis. O concurso foi lançado recentemente. Estamos a preparar também o segundo concurso, em termos de Central de Compras, relativamente a todos os seguros das Câmaras Municipais. Estamos a trabalhar também com as Câmaras Municipais na questão do concurso para transportes escolares, refeições escolares, também estamos a estudar outras matérias, nomeadamente, renting ou (leasing) de automóveis, se vale a pena ou se não vale a pena, mas estamos ainda a analisar e não há nada de concreto. A Central de Compras é, e será sempre aquilo que os associados quiserem que seja ou seja, nós temos reuniões mensais e portanto através dos representantes de cada uma das Câmaras vamos analisando as matérias para as quais consideramos podem haver economias de escala, portanto economias monetárias para os respetivos Municípios associados. -----

-----Usou da palavra o **Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)** para voltar a mencionar uma questão porque realmente no enquadramento depois de termos falado que alguns Municípios tinham tido mais dificuldade em pagar à Comunidade Intermunicipal, até eu fiquei na dúvida das minhas próprias notas. Efetivamente estava orçado seiscentos e dezanove mil euros e foi pagão cerca de 45% a mais, foi pago novecentos mil. Quais é que foram os Municípios no ano passado que pagaram mais. Não me apercebi de ter respondido diretamente. Quero ainda colocar uma outra questão para terminar. Relativamente à nova Lei 50/2012 das Empresas Municipais existe uma SERU que foi constituída com patrocínio da Comunidade Intermunicipal. Gostaríamos de saber o que é que se está a pensar fazer relativamente a esta SERU. Uma vez que ela também não tem receitas o que vai acontecer aos Municípios já existe áreas aprovadas. Obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, para dizer que foi Santarém. A dívida de Santarém, não sei se está aí espelhada, é grande e a primeira tranche da câmara Municipal de Santarém do PAEL foram cerca de duzentos e muitos mil euros. E ainda faltam duas tranches. Quanto à questão da SRU, vou voltar aquele parágrafo anterior

el.
[Handwritten signature]

em que, em cada altura deve-se ver o que é melhor para os Municípios e para os Municípes. Portanto, nós com uma determinada Lei em vez de os onze Municípios fazerem onze SRU's, onze TOC's, onze ROC's, onze engenheiros, onze arquitetos, em termos de economia de escala consideramos que o melhor é fazer uma Sociedade de Reabilitação Urbana onde existe um ROC, um TOC, um engenheiro, três arquitetos, que conjuntamente com as Câmaras estão a elaborar um trabalho, na minha opinião, bastante válido. Já temos cerca de onze ou doze áreas de reabilitação urbana aprovadas nos onze Municípios e também já delimitamos cerca de mais de dezasseis ou dezassete, estamos a elaborar os respetivos programas estratégicos. Estando a SERU a prestar um serviço aos Municípios, um serviço que tem a ver com a elaboração de programas estratégicos isso entra como uma receita própria. Como sabe, a nova Lei das Empresas Municipais, diz que as empresas Municipais devem ter cinquenta por cento de receitas próprias porque senão têm de ser extintas. Nós estamos a prever concluir a elaboração dos programas estratégicos para os Municípios todos, ou seja, a prestar estes serviços, até janeiro ou fevereiro do ano que vem. Portanto suponho que a SRU, parafraseando um título de livro, é "uma crónica com a morte anunciada" por uma Lei que saiu há pouco tempo. Sabendo nós que a SRU é uma empresa que tem três arquitetos, um engenheiro, duas viaturas. Eles são quatro vão dois em cada viatura para fazer o levantamento de cada um dos edifícios se está bem ou se está mal, se precisa de ser reabilitado ou não precisa. De elaborar programas estratégicos. Não estamos a falar de uma empresa municipal com grandes custos, estamos a falar de uma empresa municipal que suporta estes custos que estou a dizer, um ROC, um TOC, três arquitetos, um engenheiro e o renting ou leasing de duas viaturas, mais nada. No entanto, a Lei diz que não tem cinquenta por cento. Nós estivemos a fazer as contas e face à conjuntura económico-social que o país atravessa precisávamos para aí de três ou quatro pedidos de reabilitação urbana por dia ao nível dos onze Municípios, o que não se verifica, a cem euros cada um, para poder pagar aos técnicos. Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, conjugando a crónica da morte anunciada a Lezíria do Tejo não vai deixar de apostar na reabilitação urbana até porque já pedimos parecer jurídicos face à Lei 75 que fala de contratos inter-administrativos de delegação de competências dos municípios para a CIM e portanto se a SERU tiver essa morte anunciada a competência será transferida para a Comunidade Intermunicipal através de um contrato inter-administrativo e nós iremos trabalhar em termos de economia de escala e na reabilitação urbana em associação com os respetivos municípios não descurando a grande prioridade que tem a ver com a reabilitação urbana na região. -----

-----Usou da palavra o Senhor Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (CDS-PP) para fazer uma

pergunta que é mesmo por ignorância. Diz que vê aqui a questão das poupanças do preço base e vejo que a Azambuja em terceiro lugar. Gostava que me explicassem o que é isso e porquê. E porque é, que a Azambuja já no ano passado foi quem pediu menos, este ano ainda só vai aqui. Porque eu vejo aqui Almeirim com quatrocentos mil, Alpiarça com duzentos e sessenta mil e a Azambuja, que não é muito mais pequeno, vai só em vinte e cinco mil. Gostava que me explicassem este mecanismo da poupança da Central de Compras. A outra pergunta tem a ver com aquilo que falou agora da SRU. Eu desde o princípio tenho uma casa lá na SRU da Azambuja e disse à arquiteta que não acreditava que aquilo tivesse hipótese. Numa zona tão pobre tão má para estacionar e para fazer qualquer recuperação urbana que aquilo funciona-se. E disse que aqui não vais haver ninguém que queira reurbanizar isto. Aqui há tempo estive com alguém desta área que me disse que ainda não tinha havido nenhum pedido lá. Está a CIM com indicações de noutros sítios haver pedidos fortes para fazer uma reabilitação urbana. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que uma das questões das SERU' foi que nos permitiu às Câmaras também ter acesso a Fundos Comunitários que de outra forma não teria. Nós percebemos que do ponto de vista dos privados não está fácil apesar de haver aí muita gente que vende, que isto aqui é tudo fácil de fazer, sempre milhões, sindicatos bancários e muita coisa assim mas na realidade haver as obrinhas é sempre mais complicado. Há realmente um conjunto de obras que nós nos candidatamos, nós autarquias, que se não estivessem inseridas na SERU não podiam ser elegíveis e portanto também houve aqui esta vantagem. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, eu conheço os tais vinte e cinco mil euros de poupança referente às refeições escolares, portanto, se foi dos Municípios que poupou menos por ventura era aquele que eventualmente teria o preço mais bem negociado em procedimentos anteriores. No que diz respeito à SERU, à efetivamente poucos pedidos face à conjuntura, os empréstimos estão caros, quem tem de reabilitar quem que ter dinheiro para reabilitar mas a análise que nós fizemos ao nível dos onze Municípios, foi havia duas opções ou não fazíamos nada ou fazíamos aquilo que fizemos. Não fazer nada, significava que os municípios ficavam a perder ao fazermos a opção de criarmos uma SERU e ao delimitar áreas de reabilitação urbana e fazendo programas estratégicos pelo menos damos a possibilidade a essas pessoas que vivem nessas áreas de reabilitação urbana, se tiverem condições para reabilitar têm isenção de IMI, isenção de IMT na primeira transação, o IVA não é a vinte e três por cento mas sim a seis por cento, portanto, há uma série de benefícios fiscais que nós estamos a disponibilizar às pessoas

al.
PJ
P

el.
R
H

e caso não tivéssemos feito isso como outras regiões ainda não o fizeram essas pessoas não têm esses benefícios. Na nossa região, Lezíria do Tejo, para as áreas de reabilitação urbana que já estão delimitadas, para os programas estratégicos que já estão feitos têm essa possibilidade mesmo uma pessoa que reabilite, depois que arrende a casa aquilo que vai pagar de IRC da renda de casa às Finanças é cerca de vinte por cento a menos. Portanto nós tomamos essa opção. Se me diz que há muita procura ou pouca procura... Sei que no caso da Azambuja já houve um caso de reabilitação dos poucos na região. Não tem havido muitos mas isto tem a ver com uma questão que nós estamos fartos de conversar em termos de Comunidade, que até já transmitimos a quem de direito nomeadamente a Secretários de Estado que não podemos falar apenas em reabilitação urbana, depois não existir incentivos. A minha opinião, é que só haverá verdadeira reabilitação urbana se houver sistemas de incentivos aos privados para reabilitarem as suas próprias casas. Estou a farto de dar este exemplo. Se há sistemas de incentivos para as empresas se internacionalizarem, se modernizarem também deveria haver sistemas de incentivos para os particulares poderem reabilitar as suas casas, isto tudo conjugado com empréstimos bonificados através do Banco Europeu de Investimentos. Se houver essa aposta, não sabemos se vai haver ou não, duvido que haja em termos de Fundos Comunitários vai ser muito mais difícil a reabilitação urbana porque aí depende um bocado dos particulares terem acesso ao crédito ou terem dinheiro para reabilitarem. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, e submeteu à votação o ponto dois. Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano de dois mil e treze. O segundo ponto foi APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

-----Dando assim por encerrada a discussão relativamente ao ponto dois, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto três: Apreciação e votação da proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de dois mil e treze. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que o documento "Apreciação e votação da proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de dois mil e treze," tinha sido distribuído e caso houvesse dúvidas ou alguma questão a colocar podiam fazer o favor. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, uma vez que não houve inscrições, submeteu imediatamente à votação o ponto três. Apreciação e votação da proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de dois mil e treze. O ponto três



foi APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

-----Dando assim por encerrada a discussão relativamente ao ponto três, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto quatro: Apreciação e votação de proposta de primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e catorze. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que o documento "Apreciação e votação de proposta de primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e catorze," tinha sido distribuído e caso houvesse dúvidas ou alguma questão a colocar podiam fazer o favor. Após terem sido feitas as inscrições para o uso da palavra junto da Mesa da Assembleia Intermunicipal, usou da palavra o Senhor Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD) relativamente a este documento temos apenas três questões que gostaríamos de colocar e que nos especificassem um pouco mais para nós ficamos a perceber melhor o que aqui está. Vocês referem um canil intermunicipal e destinam uma verba de mil e cinquenta euros. Que projeto é este ou de onde é que isto aparece. Não nos recordamos disto no Orçamento. E o mesmo para um estudo para a distribuição de energia elétrica, mil euros. E dos cento e trinta mil, obviamente, das obras o que é que em concreto estão a pensar fazer. Muito obrigado. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, que diz que a questão do canil foi uma discussão tida no Concelho e a verba naturalmente é simbólica porque estamos a estudar a questão mais uma vez, tem a ver com a questão das sinergias. Existem alguns concelhos que não têm canil/gatil municipal. Alguns têm em acordos com Associações de Defesa dos Animais, existem também, neste momento, alguns Municípios que não têm veterinários municipais. Portanto, numa lógica de redução de custos estamos a estudar essa possibilidade. Entendemos que no Concelho que deveríamos ter uma rubrica aberta em Orçamento de forma a que as coisas andarem não necessitarmos depois de uma alteração/revisão orçamental. Em relação à questão da energia é basicamente a mesma coisa, chamem-nos lá loucos mas quem sabe se daqui não poderá vir a existir uma coisa que se chama Energias do Ribatejo. Já somos uma aldeia Gaulesa na parte das águas e do saneamento, nesta parte seríamos ainda mais. Vamos estudar como também já foi dito pelo Dr. António Torres quem faz as empresas são as pessoas e estamos convencidos que pelo menos temos condições para estudar depois veremos o que aí vem. Estamos um bocadinho cansados de a nossa fatura da energia todos os anos subir. Naturalmente, tem reflexos nos nossos Municípios porque nós andamos aí a fazer concursos através da central de compras, é verdade, mas também é verdade que chegamos ao fim do ano os concursos são feitos e

nós pagamos sempre mais. Pagamos mais do que pagávamos no mercado regulado. Já sei que há para aí esse famoso défice tarifário mas continuamos a pagar, acho eu, rendas a uma série de gente que não merece, mas isso é um aparte. Resumindo, em relação a essa questão estamos a estudar a possibilidade de ao nível da energia fazermos um bocadinho aquilo que já fizemos com as águas e com o saneamento. O estudo ainda não está feito. Estamos a estudar. -----

-----Usou da palavra o **Senhor António Manuel de Carvalho Torres, Primeiro Secretário Executivo da CIMLT**, a questão das obras é o seguinte: quando nós viemos para aqui disseram-nos para fazermos uma sala para exposições porque a feira chegava aqui, não é. De há quatro anos a esta parte a feira não chega e nós temos as salas sobrelotadas com muita gente. Vamos abrir uma “agência” de energia internamente na Comunidade e precisamos, ao nível, do primeiro piso da sala de exposições criar mais gabinetes para acolher e redistribuir aquelas que cá estão. Vamos dar maior qualidade de trabalho. Vamos fazer obras de adaptação na sala de exposições que deixará de ser, passaram a existir gabinetes de trabalho e salas de reuniões. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que submeteu à votação o quarto ponto. Apreciação e votação de proposta de primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e catorze. O ponto quatro foi APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

-----Dando assim por encerrada a discussão relativamente ao ponto quatro, mencionando que estavam abertas as inscrições relativamente ao ponto cinco: Apreciação e votação de proposta de nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas como Auditor Externo da CIMLT das contas dos anos de dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, dizendo que o documento “Apreciação e votação de proposta de nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas como Auditor Externo da CIMLT das contas dos anos de dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis,” tinha sido distribuído e caso houvesse dúvidas ou alguma questão a colocar podiam fazer o favor. -----

-----Após terem sido feitas as inscrições para o uso da palavra junto da Mesa da Assembleia Intermunicipal, usou da palavra o **Senhor Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, dizendo que a CIM fez uma consulta apenas a um ROC e porque não consultar pelos menos três. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da**



Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, dizendo que a CIM tem trabalhado com este ROC, as coisas têm corrido bem, foi entendimento geral que deveríamos continuar. -----

-----Usou da palavra o Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, que submeteu à votação o ponto cinco. Apreciação e votação de proposta de nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas como Auditor Externo da CIMLT das contas dos anos de dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis. O ponto cinco foi APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

-----As deliberações constantes desta ata foram aprovadas, em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. -----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.

O PRESIDENTE



O VICE PRESIDENTE



O SECRETÁRIO



